

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	9
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	20

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	75
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	78
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	79
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	80

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	171.171.600
Preferenciais	0
Total	171.171.600
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	1.665.776	1.564.652	1.467.392
1.01	Ativo Circulante	331.066	322.512	307.683
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	37.445	168	152
1.01.02	Aplicações Financeiras	87.678	58.755	65.179
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	87.678	58.755	65.179
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	87.678	58.755	65.179
1.01.03	Contas a Receber	25.315	25.570	20.585
1.01.03.01	Clientes	23.671	24.202	18.544
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.644	1.368	2.041
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.281	11.897	15.305
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.281	11.897	15.305
1.01.06.01.01	Imposto e contribuições a recuperar	862	769	516
1.01.06.01.02	Imposto e contribuições sobre o lucro a recuperar	10.419	11.128	14.789
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	169.347	226.122	206.462
1.01.08.03	Outros	169.347	226.122	206.462
1.01.08.03.01	Ativos de contrato	166.222	224.694	195.289
1.01.08.03.02	Adiantamentos a fornecedores	72	702	10.794
1.01.08.03.03	Serviços pedidos	3.053	726	379
1.02	Ativo Não Circulante	1.334.710	1.242.140	1.159.709
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.334.444	1.241.863	1.159.420
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.334.444	1.241.863	1.159.420
1.02.01.10.06	Impostos e contribuições a recuperar	18	30	30
1.02.01.10.07	Ativos de contrato	1.334.426	1.241.833	1.159.390
1.02.04	Intangível	266	277	289
1.02.04.01	Intangíveis	266	277	289

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	1.665.776	1.564.652	1.467.392
2.01	Passivo Circulante	74.455	69.531	62.846
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	394	150	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	394	150	0
2.01.01.02.01	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	394	150	0
2.01.02	Fornecedores	5.697	5.703	6.084
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.697	5.703	6.084
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.293	18.333	14.621
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.293	18.333	14.621
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	1.611	2.075	1.810
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	5.420	8.826	6.886
2.01.03.01.04	PIS e COFINS diferidos	6.262	7.432	5.925
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	40.030	35.576	35.438
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	32.939	31.300	32.500
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	32.939	31.300	32.500
2.01.04.02	Debêntures	7.091	4.276	2.938
2.01.05	Outras Obrigações	15.041	9.769	6.703
2.01.05.02	Outros	15.041	9.769	6.703
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.227	4.140	3.656
2.01.05.02.10	Outras contas a pagar	8.184	3.438	1.685
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	2.630	2.191	1.362
2.02	Passivo Não Circulante	944.938	960.878	941.475
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	607.069	627.931	647.308
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	366.285	394.458	422.631
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	366.285	394.458	422.631
2.02.01.02	Debêntures	240.784	233.473	224.677
2.02.02	Outras Obrigações	132.881	164.739	146.655
2.02.02.02	Outros	132.881	164.739	146.655

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	333	0	0
2.02.02.02.07	PIS e COFINS diferidos	132.548	164.739	146.655
2.02.03	Tributos Diferidos	204.988	168.208	147.512
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	204.988	168.208	147.512
2.03	Patrimônio Líquido	646.383	534.243	463.071
2.03.01	Capital Social Realizado	171.171	171.171	171.171
2.03.04	Reservas de Lucros	475.212	363.072	291.900
2.03.04.01	Reserva Legal	29.334	23.205	18.011
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	117.271	120.333	123.486
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	77.250	55.695	31.216
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	115.290	27.772	20.291
2.03.04.10	Reserva para investimento e expansão	136.067	136.067	98.896

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	251.665	275.328	191.210
3.01.01	Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	25.936	98.206	27.707
3.01.02	Receita de remuneração de ativos de contrato, líquida	225.729	177.122	163.503
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.126	-71.373	-7.514
3.03	Resultado Bruto	230.539	203.955	183.696
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.166	-2.363	-1.778
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.106	-2.318	-1.731
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-60	-45	-47
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	228.373	201.592	181.918
3.06	Resultado Financeiro	-43.203	-43.692	-57.650
3.06.01	Receitas Financeiras	11.968	10.245	5.747
3.06.02	Despesas Financeiras	-55.171	-53.937	-63.397
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	185.170	157.900	124.268
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-41.031	-29.536	-24.608
3.08.01	Corrente	-5.419	-8.840	-5.977
3.08.02	Diferido	-35.612	-20.696	-18.631
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	144.139	128.364	99.660
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	144.139	128.364	99.660
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,8421	0,7499	0,5822
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,8421	0,7499	0,5822

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	144.139	128.364	99.660
4.03	Resultado Abrangente do Período	144.139	128.364	99.660

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	129.021	79.885	75.804
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-18.201	-14.661	-16.647
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	144.139	128.364	99.660
6.01.01.02	Margem de receita de construção	-214	-24.573	-20.242
6.01.01.03	Rendimentos de aplicações financeiras	-11.249	-10.738	-6.014
6.01.01.04	Remuneração de ativos de contrato	-209.975	-207.933	-189.977
6.01.01.06	Amortização do ativo intangível	12	12	10
6.01.01.09	Encargos de dividas, juros e variações monetárias e cambiais líquidas	51.416	51.080	61.364
6.01.01.10	Imposto de renda e contribuição social diferidos	35.612	20.696	18.631
6.01.01.11	Imposto de renda e contribuição social correntes	5.419	8.840	5.977
6.01.01.12	PIS e COFINS diferidos	-33.361	19.591	13.944
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	142.143	92.793	92.006
6.01.02.01	Ativos de Contrato	-432	-49.625	-1.210
6.01.02.02	Obrigações e encargos sobre a folha de pagamento	244	150	0
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar	1.087	-253	-43
6.01.02.04	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	-2.234	6.295	-1.550
6.01.02.05	Rendimentos de aplicações financeiras	11.249	10.738	6.014
6.01.02.06	Contas a receber de clientes	177.031	164.625	158.627
6.01.02.07	Adiantamento a fornecedores	630	10.092	-9.037
6.01.02.08	Outros ativos circulantes	-2.589	326	-640
6.01.02.10	Fornecedores	-6	-381	749
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	-464	265	31
6.01.02.12	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	-25	-20	-106
6.01.02.16	Encargos setoriais	439	829	593
6.01.02.19	Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	-36.930	-40.734	-56.149
6.01.02.20	Imposto de renda e contribuição social pagos	-5.857	-9.514	-5.273
6.01.03	Outros	5.079	1.753	445
6.01.03.01	Outras contas a pagar	5.079	1.753	445

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-28.938	6.424	-62.511
6.02.02	Aplicações financeiras	-28.923	6.424	-62.511
6.02.04	Aquisição de intangível	-15	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-62.806	-86.293	-43.931
6.03.04	Amortização de empréstimos e financiamentos	-28.378	-28.378	-28.378
6.03.05	Amortização de debêntures	-2.516	-1.207	0
6.03.07	Dividendos pagos	-31.912	-56.708	-15.553
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	37.277	16	-30.638
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	168	152	30.790
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	37.445	168	152

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.171	0	363.072	0	0	534.243
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.171	0	363.072	0	0	534.243
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	87.518	-116.455	0	-28.937
5.04.08	Dividendos adicionais de 2023 propostos	0	0	-27.772	0	0	-27.772
5.04.09	Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-1.165	0	-1.165
5.04.10	Constituição de dividendos adicionais	0	0	115.290	-115.290	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	144.139	0	144.139
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	144.139	0	144.139
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	24.622	-27.684	0	-3.062
5.06.04	Constituição de reserva de incentivo fiscal	0	0	21.555	-21.555	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	6.129	-6.129	0	0
5.06.07	Realização de reserva de lucros a realizar	0	0	-3.062	0	0	-3.062
5.07	Saldos Finais	171.171	0	475.212	0	0	646.383

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.171	0	291.900	0	0	463.071
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.171	0	291.900	0	0	463.071
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1.828	-59.020	0	-57.192
5.04.08	Dividendos adicionais distribuídos - 2022	0	0	-20.291	0	0	-20.291
5.04.09	Realização da reserva de lucros a realizar	0	0	-3.153	0	0	-3.153
5.04.10	Constituição de dividendos adicionais propostos	0	0	27.772	-27.772	0	0
5.04.11	Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-987	0	-987
5.04.12	Dividendos intermediários pagos	0	0	-2.500	-30.261	0	-32.761
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	128.364	0	128.364
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	128.364	0	128.364
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	69.344	-69.344	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de incentivos fiscais	0	0	24.479	-24.479	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	5.194	-5.194	0	0
5.06.06	Constituição de reserva para investimento e expansão	0	0	39.671	-39.671	0	0
5.07	Saldos Finais	171.171	0	363.072	0	0	534.243

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.171	0	211.441	0	0	382.612
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.171	0	211.441	0	0	382.612
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1.870	-21.071	0	-19.201
5.04.08	Dividendos adicionais de 2021 distribuídos	0	0	-15.545	0	0	-15.545
5.04.09	Realização da reserva de lucros a realizar	0	0	-2.876	0	0	-2.876
5.04.10	Dividendos adicionais propostos	0	0	20.291	-20.291	0	0
5.04.11	Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-780	0	-780
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	99.660	0	99.660
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	99.660	0	99.660
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	78.589	-78.589	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de incentivo fiscal	0	0	17.542	-17.542	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	4.106	-4.106	0	0
5.06.06	Constituição da reserva para investimento e expansão	0	0	56.941	-56.941	0	0
5.07	Saldos Finais	171.171	0	291.900	0	0	463.071

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	241.244	315.021	222.573
7.01.02	Outras Receitas	241.244	315.021	222.573
7.01.02.03	Receita de remuneração dos ativos de contrato	209.975	207.933	189.977
7.01.02.04	Receita de operação e manutenção	30.623	32.890	20.965
7.01.02.05	Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	646	74.198	11.631
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-16.664	-69.399	-5.440
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-432	-49.625	-1.210
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.232	-19.774	-14.051
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	9.821
7.03	Valor Adicionado Bruto	224.580	245.622	217.133
7.04	Retenções	-12	-12	-10
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12	-12	-10
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	224.568	245.610	217.123
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.525	10.745	6.027
7.06.02	Receitas Financeiras	12.525	10.745	6.027
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	237.093	256.355	223.150
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	237.093	256.355	223.150
7.08.01	Pessoal	5.988	4.008	2.821
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.512	3.799	2.821
7.08.01.02	Benefícios	310	119	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	166	90	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	31.772	69.972	57.163
7.08.02.01	Federais	31.772	69.968	57.163
7.08.02.03	Municipais	0	4	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.194	54.011	63.506
7.08.03.01	Juros	51.963	51.080	61.365
7.08.03.02	Aluguéis	23	73	109
7.08.03.03	Outras	3.208	2.858	2.032

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.03.03.02	Outras	3.208	2.858	2.032
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	144.139	128.364	99.660
7.08.04.02	Dividendos	116.455	59.020	21.071
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	27.684	69.344	78.589

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

A Administração da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 08"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, apresentamos também a DVA (Demonstrações do Valor Adicionado) para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1. Mensagem do Presidente

Em 2024 vivenciamos um ano de muitos desafios, com todos os nossos empreendimentos 100% operacionais. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPE's de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 3,9% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R\$ 1,180 bilhão.

Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R\$ 2,342 bilhões, aumento de 19% em relação a 2023. O Lucro Líquido de 2024 foi de R\$ 144,13 milhões.

O investimento em 2024, atingiram a marca R\$ 24 milhões em transmissão e R\$ 310 Milhões em renováveis, predominantemente referente ao término das obras das usinas fotovoltaicas Ribeiro Gonçalves e Barreiras.

Os resultados de 2024 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2025. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados.

2. ESG – Relatório de Administração EQTL Transmissão

O **Jornada de Segurança**, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2024, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedores, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho.

Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);
- Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas.

Paralelamente, o compromisso social da Companhia se fortaleceu com a criação do **Instituto Equatorial**, em julho de 2024. Concebido para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas sociais da Companhia, o Instituto fortalece projetos existentes e abre novas frentes de atuação, com foco em educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

A estruturação do Instituto foi um passo estratégico para consolidar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo sob um modelo mais ágil e eficiente. Com CNPJ próprio e atuação no terceiro setor, a entidade permite uma gestão mais flexível dos recursos, facilitando parcerias e o desenvolvimento de projetos de longo prazo. A centralização das ações também trouxe maior governança e transparência, assegurando que os investimentos sociais estejam alinhados às diretrizes de sustentabilidade da Companhia.

Desde sua criação, o Instituto Equatorial tem direcionado esforços para enfrentar desafios estruturais nos territórios onde o Grupo atua. Suas iniciativas se organizam em três frentes principais:

- **Mobiliza:** Focado na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, promovendo oficinas, cursos profissionalizantes e workshops que auxiliam na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.
- **Tecendo Futuros:** Voltado para a educação, com ações que vão desde o combate ao analfabetismo até a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas.
- **Impulsiona:** Direcionado ao empreendedorismo e geração de renda, com programas que oferecem capacitação técnica e capital semente para pequenos negócios, muitas vezes com aporte de capital semente para viabilizar novas oportunidades, garantindo apoio prático para o desenvolvimento econômico local.

Para os próximos anos, a meta é expandir suas frentes de atuação, fortalecer parcerias institucionais e aprimorar os mecanismos de avaliação de impacto, garantindo que cada ação contribua para um desenvolvimento dos locais onde o Grupo atua.

Em relação à estratégia climática, o Grupo Equatorial demonstrou avanços significativos em 2024, com destaque para a obtenção de uma **nota B** no questionário do **CDP Clima**, refletindo progressos na gestão de riscos e impactos climáticos, no engajamento da cadeia de valor e na governança. A Companhia também fez avanços no desenvolvimento do Inventário de Resíduos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturando processos para aprimorar sistematização e monitoramento. A implementação do PGRS está prevista para 2025, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade e garantir a eficácia das medidas adotadas. Atualmente, os materiais utilizados nas operações do Grupo não são provenientes de reciclagem, mas há iniciativas contínuas para otimizar a gestão de resíduos e implementar soluções responsáveis ao longo da cadeia produtiva.

Além disso, a Equatorial iniciou um projeto para o consumo de combustível renovável em sua frota administrativa por meio da troca de combustível, de forma que o etanol seja o combustível padrão nos abastecimentos e seja utilizado em detrimento da gasolina e/ou diesel. A iniciativa rendeu à Companhia um aumento de mais de **7600%** no consumo de etanol ao último ano, projeto que continuará a ser implementado em 2025

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. Cenário

A Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. – (“SPE 08 ou “Companhia”) sociedade anônima de capital aberto, criada com o propósito de Sociedade de Propósito Específico (SPE), que tem como controlador final a Equatorial Energia S.A. “EQTL”, que possui 100% do seu capital por meio de controles societários indiretos entre as empresas do grupo econômico, a EQTL é uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Companhia tem por objetivo explorar e operar contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 05/2016-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), consistente na: (a) Linha de Transmissão Xingu - Altamira, em 230 kV, com extensão aproximada de 61 km; (b) Linha de Transmissão Altamira - Transamazônica, em 230 kV, com extensão aproximada de 188 km; (c) Linha de Transmissão Transamazônica - Tapajós, em 230 kV, com extensão aproximada de 187 km; (d) Subestação Tapajós, em 230/138-13,8 kV, (2 x 150 MVA); (e) Subestação Tapajós - Compensador Síncrono (-75/+150 MVAR); e f) Subestação Rurópolis - Compensador Síncrono (-55/+110 MVAR).

O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. O sistema de transmissão atravessa 8 municípios no Estado do Pará.

Para o novo ciclo 2024-2025, que teve seu início no mês de julho de 2024, a Receita Anual de Permitida (RAP) da Companhia é de R\$ 193,46 milhões, atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias e emitidas pela REH 3.348/2024.

Os serviços de construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão e subestação tiveram o benefício fiscal do REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, que concede a suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 16, de 11 de maio de 2022.

A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial.

4. Andamento do Projeto

A Equatorial 8 está com todos os seus ativos em Operação desde 2020, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras foram concluídas e energizadas em quatro etapas de entrega, sendo a primeira em 03 de junho de 2019, compreendendo 13% da receita, referente a SE Rurópolis, Compensador Síncrono de reativos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A segunda em 24 de setembro de 2019, compreendendo 10% da receita, referente a LT Xingu – Altamira e Se Xingu. A terceira ocorreu em 12 de janeiro de 2020, compreendendo 19% da receita, referente a LT Altamira – Transamazônica. A quarta e última etapa de entrega ocorreu em 15 de outubro de 2020, compreendendo os demais 58% da receita, referente a LT Transamazônica – Tapajós e a SE Tapajós. Desde as presentes datas estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

5. Investimentos

Os investimentos em 2024 totalizaram R\$ 7,39 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

6. Desempenho Econômico-Financeiro

Receita líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2024 foi de R\$ 251,67 milhões.

Custos e despesas operacionais

No ano de 2024, o total de custos e despesas foi de R\$ 23,28 milhões.

EBITDA

Em 2024, o EBITDA Societário atingiu R\$ 228,39 milhões.

Resultado financeiro

Em 2024, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 43,20 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2024, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R\$ 41,03 milhões.

Benefícios Fiscais

Em 30 de dezembro de 2020, A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) emitiu o Laudo Constitutivo nº 98/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 8 SPE S.A o benefício de redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2020 a 2029.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os serviços de reforços e melhorias das instalações de transmissão tiveram o benefício fiscal do REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, que concede a suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 16 de 11 de maio de 2022.

Lucro líquido

Em 2024, a Equatorial Transmissora 8 SPE S.A apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 144,14 milhões.

Endividamento

No fechamento de 2024, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 647,10 milhões. A SPE 08 possui 6,19% de suas dívidas com vencimento no curto prazo.

Relacionamento com auditores externos

A Ernst & Young Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2024 para outros serviços.

Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 26 de março de 2026 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

* * *

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC-MA 011842/O-3 S-DF

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstrações contábeis em

31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstrações contábeis

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	11
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12

Notas Explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL.....	13
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	17
4	ASSUNTOS REGULATÓRIOS.....	28
5	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29
6	APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	30
7	PARTES RELACIONADAS.....	30
8	ATIVOS DE CONTRATO	32
9	FORNECEDORES	33
10	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	33
11	DEBÊNTURES.....	35
12	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	37
13	PIS E COFINS DIFERIDOS.....	38
14	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS	38
15	DIVIDENDOS A PAGAR	39
16	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40
17	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	42
18	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	43
19	RESULTADO FINANCEIRO	44
20	INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	44
21	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	51
22	EVENTOS SUBSEQUENTES	52

Notas Explicativas



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.
Brasília - Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Notas Explicativas



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração de ativos contratuais de transmissão

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 1.500.648 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente, de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Notas Explicativas



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vi) revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de Empresas; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (x) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Notas Explicativas



Shape the future
with confidence

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International*

Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas



**Shape the future
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Notas Explicativas



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 26 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Santos Mota Filho'.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE-020728/O

Notas Explicativas
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	37.445	168	Fornecedores	9	5.697	5.703
Aplicações financeiras	6	87.678	58.755	Obrigações e encargos sobre a folha de pagamento		394	150
Contas a receber de clientes		23.671	24.202	Empréstimos e financiamentos	10	32.939	31.300
Serviços pedidos		3.053	726	Debêntures	11	7.091	4.276
Impostos e contribuições a recuperar		862	769	Dividendos a pagar	15	4.227	4.140
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		10.419	11.128	Impostos e contribuições a recolher		1.611	2.075
Adiantamento a fornecedores		72	702	Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		5.420	8.826
Outras contas a receber		1.644	1.368	PIS e COFINS diferidos	13	6.262	7.432
Ativos de contrato	8	166.222	224.694	Encargos setoriais		2.630	2.191
Total do ativo circulante		331.066	322.512	Outras contas a pagar		8.184	3.438
						74.455	69.531
Não circulante				Total do passivo circulante			
Impostos e contribuições e a recuperar		18	30	Não circulante			
Intangível		266	277	Empréstimos e financiamentos	10	366.285	394.458
Ativos de contrato	8	1.334.426	1.241.833	Debêntures	11	240.784	233.473
Total do ativo não circulante		1.334.710	1.242.140	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	12.2	204.988	168.208
				PIS e COFINS diferidos	13	132.548	164.739
				Outras contas a pagar		333	-
				Total do passivo não circulante		944.938	960.878
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16.1	171.171	171.171
				Reserva de lucros	16.2	475.212	363.072
				Total do patrimônio líquido		646.383	534.243
Total do ativo		1.665.776	1.564.652	Total do passivo e patrimônio líquido		1.665.776	1.564.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	17	25.936	98.206
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquida	17	225.729	177.122
Receita operacional líquida		251.665	275.328
Custo dos serviços prestados	18	(21.126)	(71.373)
Lucro bruto		230.539	203.955
Despesas gerais e administrativas	18	(2.106)	(2.318)
Outras despesas operacionais, líquidas		(60)	(45)
Total de despesas operacionais		(2.166)	(2.363)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		228.373	201.592
Receitas financeiras	19	11.968	10.245
Despesas financeiras	19	(55.171)	(53.937)
Resultado financeiro		(43.203)	(43.692)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		185.170	157.900
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	(5.419)	(8.840)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	(35.612)	(20.696)
Impostos sobre o lucro		(41.031)	(29.536)
Lucro líquido do exercício		144.139	128.364
Lucro líquido do período básico e diluído, por lote de mil ações - R\$	16.3	0,8421	0,7499
Quantidade de ações no final do exercício - em mil		171.171	171.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	144.139	128.364
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
Total resultados abrangentes	144.139	128.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Reservas de lucros								
Notas	Capital social	Legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimento e expansão	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	171.171	18.011	123.486	31.216	98.896	20.291	-	463.071
Dividendos adicionais distribuídos - 2022	15	-	-	-	-	(20.291)	-	(20.291)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	128.364	128.364
Destinação do lucro								
Constituição de reserva de incentivo fiscal	16.2	-	-	24.479	-	-	(24.479)	-
Constituição de reserva legal	16.2	-	5.194	-	-	-	(5.194)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	16.2	-	-	(3.153)	-	-	-	(3.153)
Constituição de reserva para investimento e expansão	16.2	-	-	-	39.671	-	(39.671)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	-	(987)	(987)
Dividendos intermediários distribuídos	15	-	-	-	(2.500)	-	(30.261)	(32.761)
Constituição de dividendos adicionais propostos	15	-	-	-	-	27.772	(27.772)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	171.171	23.205	120.333	55.695	136.067	27.772	-	534.243
Dividendos adicionais distribuídos - 2023	15	-	-	-	-	(27.772)	-	(27.772)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	144.139	144.139
Destinação do lucro								
Constituição de reserva de incentivos fiscais	16.2	-	-	21.555	-	-	(21.555)	-
Constituição de reserva legal	16.2	-	6.129	-	-	-	(6.129)	-
Realização de reserva de lucros a realizar	16.2	-	-	(3.062)	-	-	-	(3.062)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	-	(1.165)	(1.165)
Constituição de dividendos adicionais	15	-	-	-	-	115.290	(115.290)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	171.171	29.334	117.271	77.250	136.067	115.290	-	646.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.****Demonstração do fluxos de caixa - método indireto****Exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Em milhares de reais)**

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	144.139	128.364
Ajustes para:		
Amortização do intangível	12	12
Margem da receita de construção	(214)	(24.573)
Remuneração do ativos de contrato	(209.975)	(207.933)
PIS e COFINS diferidos	(33.361)	19.591
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	51.416	51.080
Rendimentos de aplicações financeiras	(11.249)	(10.738)
Imposto de renda e contribuição social corrente	5.419	8.840
Imposto de renda e contribuição social diferidos	35.612	20.696
	(18.201)	(14.661)
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:		
Contas a receber de clientes	177.031	164.625
Impostos e contribuições a recuperar	1.087	(253)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(2.234)	6.295
Ativos de contrato	(432)	(49.625)
Adiantamento a fornecedores	630	10.092
Outros créditos a receber	(2.589)	326
Fornecedores	(6)	(381)
Obrigações e encargos sobre a folha de pagamento	244	150
Impostos e contribuições a recolher	(464)	265
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(25)	(20)
Encargos setoriais	439	829
Outras contas a pagar	5.079	1.753
Caixa gerado pelas atividades operacionais	160.559	119.395
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.857)	(9.514)
Rendimentos de aplicações financeiras	11.249	10.738
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	(36.930)	(40.734)
	(31.538)	(39.510)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	129.021	79.885
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações (resgate) financeiras	(28.923)	6.424
Aquisição de intangível	(15)	-
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimento	(28.938)	6.424
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(28.378)	(28.378)
Amortização de debêntures	(2.516)	(1.207)
Dividendos pagos	(31.912)	(56.708)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(62.806)	(86.293)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	37.277	16
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	168	152
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	37.445	168
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	37.277	16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	646	74.198
Receita de remuneração dos ativos de contrato	209.975	207.933
Receita de operação e manutenção	30.623	32.890
	241.244	315.021
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	(432)	(49.625)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(16.232)	(19.774)
	(16.664)	(69.399)
Valor adicionado bruto	224.580	245.622
Amortização	(12)	(12)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	224.568	245.610
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	12.525	10.745
	12.525	10.745
Valor adicionado total a distribuir	237.093	256.355
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.512	3.799
Benefícios	310	119
FGTS	166	90
	5.988	4.008
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	31.772	69.968
Municipais	-	4
	31.772	69.972
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	51.963	51.080
Aluguéis	23	73
Outras	3.208	2.858
	55.194	54.011
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	116.455	59.020
Lucros retidos	27.684	69.344
	144.139	128.364
Valor adicionado	237.093	256.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade de propósito específico, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, constituída em 02 de junho de 2017, controlada pela Equatorial Transmissão S.A., e tendo como controladora final a Equatorial S.A., domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Torre A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão no estado do Pará, de acordo com Edital do Leilão nº 05/2016 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), consistente na:

- (a) Linha de Transmissão (LT) Xingu - Altamira, em 230^(*) kV, circuito 1, circuito simples, com extensão aproximada de 61^(*) km, com origem na Subestação Xingu e término na Subestação Altamira;
- (b) Linha de Transmissão (LT) Altamira - Transamazônica, em 230^(*) kV, circuito 2, circuito simples, com extensão aproximada de 188^(*) km, com origem na Subestação Altamira e término na Subestação Transamazônica e reator não manobrável no terminal da SE Transamazônica;
- (c) Linha de Transmissão (LT) Transamazônica - Tapajós, em 230^(*) kV, circuito 1, circuito simples, com extensão aproximada de 187^(*) km, com origem na Subestação Transamazônica e término na Subestação Tapajós 2;
- (d) Subestação (SE) Tapajós 2, em 230/138 - 13,8 kV^(*) Tapajós - 2 x 150 MVAR^(*);
- (e) Compensador Síncrono de reativos (CS) (-75/+150 MVAR^(*)), com transformador elevador e demais equipamentos;
- (f) Compensador Síncrono de reativos (CS) (-55/+110 MVAR^(*)) na SE Rurópolis 230^(*) kV com transformador elevador e demais equipamentos associados;
- (g) Demais equipamentos de compensação reativa; e
- (h) Conexões de unidades de transformação, entradas de linhas, interligação de barramentos, conexões de reatores, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, suspensão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

(*) Informação não auditada.

A Companhia tem prazo de autorização e concessão do Poder Concedente de 30 (trinta) anos a partir da assinatura do contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1.1 Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

O Contrato de Concessão nº 048/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 21 de julho de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 20 de julho de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do Poder Concedente.

A Companhia estava autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 12.780/2021, com validade até 22 de setembro de 2024. A renovação desta licença foi requerida no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua validade, conforme protocolo nº 001497/2024. A nova licença de operação será emitida com prazo estabelecido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS. Como prática do setor, a realização do pedido dentro do prazo regulamentar garante a continuidade das operações da Companhia até a emissão da nova licença.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substitui os tributos PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de dezembro de 2024, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Companhia preparou as demonstrações contábeis partindo do pressuposto de continuidade operacional.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.4.1 Julgamentos sobre premissas e estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Ativos de contrato	3.2 e 8	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.5.2 e 12.2	Estimativas das diferenças temporárias
Receita operacional líquida	3.1 e 17	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros	3.8 e 20	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

2.4.2 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos Financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.12.2 - Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes.

3.1 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir o serviço ao cliente. A receita é reconhecida à medida que o cliente obtém o controle do serviço de energia elétrica contratado, ou seja, quando consome a energia.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos, sendo revisada prospectivamente ao longo da construção/melhoria da infraestrutura.

(b) Receita de operação e manutenção (O&M)

A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção.

(c) Remuneração dos ativos da concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3.2 Ativos de contrato

O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria.

A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato.

Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão.

A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço. Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M).

À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável segurança de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3.4.1 Benefícios fiscais

- **REIDI**

A Companhia obteve habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições para o PIS e COFINS nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 16, de 11 de maio de 2022.

- **SUDAM**

Em 30 de dezembro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 98/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 8 SPE S.A o direito a redução de 75% do IRPJ sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudam, com o prazo de vigência de 2020 até o ano de 2029.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas avaliam a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

3.5.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro e do CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza é refletido no resultado do exercício.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as provisões para participação nos lucros entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

3.6 PIS e COFINS diferidos

Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração dos ativos de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação.

3.7 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3.8 Instrumentos financeiros

3.8.1 Ativos financeiros

(a) Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita para cada investimento.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.8.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, forfait etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.8.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.8.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3.9 Capital social

3.9.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.10 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

3.11 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborara a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, então, como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos.

Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Ver nota explicativa 9 – para maiores detalhes.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3.12 Principais mudanças nas políticas contábeis

3.12.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia e com vigência a partir de 2024 são os seguintes:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26 (R1) / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante, onde o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos	Especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
CPC 3 (R2) / IAS 7 : Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de risco sacado que envolvem as entidades e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou os normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

3.12.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223 / OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02 / IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	01/01/2025
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Assuntos regulatórios

A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será revisada a cada 5 anos, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL. Para o ciclo 2024-2025, que teve seu início no mês de julho de 2024, a RAP revisada da Companhia é de R\$ 193.469, homologado pela REH 3.348/2024. Para o ciclo de 2024-2025 o incremento após revisão na receita da Companhia foi de R\$ 8.440.

A Companhia deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão objeto deste contrato, nos termos da regulamentação específica, auferindo as correspondentes receitas a serem estabelecidas pela ANEEL. As receitas decorrentes dos reforços e melhorias, inclusive aquelas relacionadas a novos padrões de desempenho técnico determinados pela ANEEL, serão revisadas, periodicamente na mesma data da RAP.

A Companhia possui os seguintes reforços e melhorias autorizados para construção:

- Em 09 de novembro 2021, a ANEEL por meio da REA nº 10.861/2021 autorizou a implantação de melhoria na instalação da SE Xingu autorizando a substituição do transformador 500/230/13,8 kV. A obra foi concluída em novembro de 2023, data a partir da qual iniciou-se o recebimento da referida melhoria, que para o ciclo de 2024-2025 é de R\$ 6.889, valor já está contemplado na Resolução Homologatória (REH)3.348/2024 citada acima; e
- Em 11 de outubro de 2022, a ANEEL por meio da Despacho nº 2.940/2022 autorizou implantação de reforços na instalação de Altamira - Implementação do Sistema Especial de Proteção, contemplando o sistema de telecomunicação com aquisições de painel, equipamento de gerenciamento e supervisão (MUX), equipamentos de segurança (Firewalls) para rota B na LT 230 kV Xingu - Altamira C1. O despacho não homologou parcelas adicionais.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	68	30
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário (CDBs)	37.377	138
Total	37.445	168

(a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 equivale a 102,97% a.a. do CDI (97% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Aplicações financeiras

	2024	2023
Circulante		
Fundo de Investimento		
Cotas de fundos de investimento (a)	87.678	55.967
Recursos Vinculados (b)	-	2.788
Total	87.678	58.755

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a norma de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas; e
- (b) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recursos

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 equivale a 98,44% a.a. do CDI (101,46% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	2024		2023	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	126	-	167	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	1.980	-	2.319	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	64	-	94	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	77	-	107	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	251	-	348	-
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	19	-	18	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	286	-	317	-
Total		2.803	-	3.370	-
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	41	76	11	23
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	52	86	102	33
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	12	25	5	10
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	15	31	8	16
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	16	37	6	13
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	4	10	1	2
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A	(b)	34	59	-	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A	(b)	35	60	-	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A	(b)	46	81	-	1
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A	(b)	81	143	-	1
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A	(b)	35	63	-	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A	(b)	38	68	-	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	41	51	-	-
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	-	-	-	1
Total		450	790	133	100

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Empresas	Nota	2024		2023	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(c)	(1.250)	(9)	(4)	(14)
Instituto Equatorial	(d)	(438)	(-)	-	-
Total		(1.688)	(9)	(4)	(14)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(99)	(401)	(153)	(511)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(52)	(210)	(18)	(202)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(31)	(79)	(17)	(95)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(21)	(67)	(16)	(63)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	(34)	(73)	(15)	(72)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	(8)	(22)	(5)	(15)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	(18)	(28)		
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	(35)	(67)	-	(1)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	(16)	(22)		
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	(634)	(2.631)	(1.886)	(437)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	(49)	(61)		
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	(15)	(22)	-	(1)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(94)	(140)		
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	-		(1)	(2)
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(e)	(735)	(2.514)	(698)	(2.424)
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(e)	-		-	(114)
Total		(1.841)	(6.337)	(2.809)	(3.937)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(f)	(4.227)	-	(4.140)	-
Total		(4.227)	-	(4.140)	

- (a) Valores se referem a RAP faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;
- (c) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação de serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (d) Os valores com o Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT) referem -se a Projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa.
- (e) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. (Contratante) e as (Contratadas) Equatorial S.A. e Equatorial Transmissão S.A., com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; e;
- (f) Refere-se aos dividendos para distribuição em 31 de dezembro de 2024, conforme explicado na nota explicativa nº 15 – Dividendos a pagar.

7.1 Remuneração das pessoas chaves da administração

O pessoal-chave da Administração conta com quatro membros no Conselho da Administração e três membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A e compartilhado para as controladas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 636 (R\$ 207 em 31 dezembro de 2023).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

A Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

7.2 Garantias

A Equatorial S.A (1), controladora indireta e a Equatorial Transmissão S.A.(2), controladora direta, prestam garantias como avalista (s) ou fiadora (s) da Companhia com ônus (**) na emissão de debêntures e sem ônus nas apólices de seguros, abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2024*
1ª Emissão de Debêntures 1ª Série (2)	102.000	100	23/05/2019	15/04/2039	102.000	130.290
1ª Emissão de Debêntures 2ª Série (2)	87.000	100	23/05/2019	15/04/2039	87.000	117.585
Apólices de Seguros (1)	1.507	100	20/09/2022	27/04/2029	N/A	N/A
	190.507				189.000	247.875

* Os valores atualizados das debêntures, estão líquidos do custo de captação.
** Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

8 Ativos de contrato

Os ativos de contrato estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

	2023	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	2024
Ativos de contrato em serviço	1.390.871	-	208.923	(176.500)	1.423.294
Ativos de contrato em curso (d)	75.656	646	1.052	-	77.354
Total	1.466.527	646	209.975	(176.500)	1.500.648
Circulante	224.694				166.222
Não Circulante	1.241.833				1.334.426

	2022	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	2023
Ativos de contrato em serviço	1.354.679	-	206.475	(170.283)	1.390.871
Ativos de contrato em curso (d)	-	74.198	1.458	-	75.656
Total	1.354.679	74.198	207.933	(170.283)	1.466.527
Circulante	195.289				224.694
Não Circulante	1.159.390				1.241.833

- (a) O saldo decorre da contrapartida de receita de implementação e melhoria reconhecida no exercício, conforme nota explicativa nº 17;
- (b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (c) O saldo decorre da soma da amortização dos ativos de contrato, que ocorrerá até o final da concessão do empreendimento, pelo reconhecimento da RAP faturada mensalmente, cujo valor acumulado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ (207.123); e a receita de operação e manutenção no valor de R\$ 30.623, para o mesmo exercício; e
- (d) Refere-se aos reforços e melhorias em andamento, conforme REA nº 10.861/2021 o prazo de conclusão era de 24 meses, porém foi antecipada e concluída em novembro de 2023.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Fornecedores

Os saldos de fornecedores estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Materiais e serviços (a)	3.989	5.679
Partes relacionadas – nota explicativa nº 7	1.688	4
Encargos de uso da rede elétrica	20	20
Total (b)	5.697	5.703

O saldo de fornecedores R\$ 5.697 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.703 em 31 de dezembro de 2023), não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo de até 39 dias (32 dias em 31 de dezembro de 2023).

- (a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão; e
- (b) Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. A participação no acordo de financiamento é opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa à instituição financeira, da qual a Companhia não é parte. Os pagamentos aos fornecedores antes da data de vencimento da fatura são processados pela instituição financeira e, em todos os casos, a Companhia quita a fatura original pagando a instituição financeira de acordo com a data de vencimento original mencionada. Os prazos de pagamento com os fornecedores não foram renegociados em conjunto com os acordos. A Companhia não fornece garantias à instituição financeira. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante destas operações. Não há pagamento de juros por parte da Companhia e nem recebimento de “rebates financeiros”.

O saldo de fornecedores – risco sacado, ou seja, que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, é de R\$ 428 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 61 em 31 de dezembro de 2023), não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 63 dias (54 dias em 31 de dezembro de 2023). Os pagamentos dessas transações impactaram no fluxo de caixa no valor de R\$ 425 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 94 em 31 de dezembro de 2023).

10 Empréstimos e financiamentos

10.1 Composição dos saldos

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2024		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Brasil	IPCA + 1,62%	Conta Reserva + Recebíveis + Ações	33.143	368.907	402.050
(-) Custo de captação			(204)	(2.622)	(2.86)
Total			32.939	366.285	399.224
Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2023		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Brasil	IPCA + 1,62%	Conta Reserva + Recebíveis + Ações	31.504	397.286	428.790
(-) Custo de captação			(204)	(2.828)	(3.032)
Total			31.300	394.458	425.758

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

10.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	31.300	394.458	425.758
Encargos	26.600	-	26.600
Transferências	28.173	(28.173)	-
Amortização de principal	(28.378)	-	(28.378)
Pagamento de juros	(24.962)	-	(24.962)
Custo de captação (a)	206	-	206
Saldos em 31 de dezembro de 2024	32.939	366.285	399.224

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	32.500	422.631	455.131
Encargos	28.069	-	28.069
Transferências	28.173	(28.173)	-
Amortização de principal	(28.378)	-	(28.378)
Pagamento de juros	(29.268)	-	(29.268)
Custo de captação (a)	204	-	204
Saldos em 31 de dezembro de 2023	31.300	394.458	425.758

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

10.3 Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	32.939	8%
2026	28.378	7%
2027	28.378	7%
2028	28.378	7%
2029	28.378	7%
De 2030 até 2039	255.395	65%
Subtotal	368.907	92%
Custo de captação (Não circulante)	(2.622)	-1%
Não circulante	366.285	92%
Total	399.224	100%

10.4 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Debêntures

11.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.276	233.473	237.749
Encargos	12.107	-	12.107
Transferências	3.905	(3.905)	-
Amortizações de principal	(2.516)	-	(2.516)
Pagamento de juros	(11.968)	-	(11.968)
Variação monetária	756	11.216	11.972
Custo de captação (a)	531	-	531
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.091	240.784	247.875

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.938	224.677	227.615
Encargos	11.514	-	11.514
Transferências	1.428	(1.428)	-
Amortizações de principal	(1.207)	-	(1.207)
Pagamento de juros	(11.466)	-	(11.466)
Variação monetária	540	10.224	10.764
Custo de captação (a)	529	-	529
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.276	233.473	237.749

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

11.2 Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento das debêntures estão apresentados abaixo:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	7.091	3%
2026	7.704	3%
2027	10.272	4%
2028	12.841	5%
2029	15.409	6%
De 2030 até 2039	201.595	82%
Subtotal	247.821	100%
Custo de captação (Não circulante)	(7.037)	-3%
Não circulante	240.784	97%
Total	247.875	100%

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

11.3 Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantia	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento	2024		
								Passivo Circulante	Passivo não circulante	Total
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	1ª	102.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	3.583	126.707	130.290
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	2ª	87.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	3.508	114.077	117.585
								7.091	240.784	247.875

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie Quirografária
- (5) Debêntures Incentivadas
- (6) Garantia Fidejussória

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados junto ao MME – Ministério de Minas e Energia. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para esse fim.

11.4 Covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2024; e
- (ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão, após exoneração da fiadora Equatorial Energia, sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação as demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Covenants debêntures	1ª debêntures
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia : <= 4,5	3,2
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora : <= 5,0	3,7

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

12.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada conforme a seguir:

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	185.170	185.170	157.900	157.900
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(46.293)	(16.665)	(39.475)	(14.210)
Ajustes que afetaram o cálculo do tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	267	86	(221)	(108)
IRPJ Subvenção Governamental	21.555	-	24.478	-
IRPJ/CSLL (anos anteriores)	-	19	-	-
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	(24.471)	(16.560)	(15.218)	(14.318)
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	13%	9%	10%	9%
Imposto corrente	-	(5.419)	-	(8.840)
Imposto diferido	(24.471)	(11.141)	(15.218)	(5.478)

12.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2023	2024				
		Reconhecimento no resultado	Baixas (a)	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ Prejuízos fiscais	19.133	-	(1.168)	17.965	17.967	-
Base negativa de CSLL	5.059	(2.331)	-	2.728	2.728	-
Provisão para participação nos lucros	68	12	-	80	81	-
Custo/Receita de construção - CPC 47/IFRS15	(191.543)	(33.293)	-	(224.836)	-	(224.836)
IRPJ e CSLL diferido - outros	(925)	-	-	(925)	-	(928)
Total	(168.208)	(35.612)	(1.168)	(204.988)	20.776	(225.764)

(a) Foram realizadas baixas no diferido de prejuízo fiscal e base negativa CSLL, referente à quitação parcial de parcelamento de PIS e COFINS decorrente da adesão do Programa Litígio Zero 2024 da Receita Federal conforme Edital de Transação nº 1/2024 e Portaria Conjunta PGFN-RFB 12.01.2023.

12.3 Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2027, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2025	2026	2027	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos a realizar	8.900	8.089	3.787	20.776

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

13 PIS e COFINS diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2024	2023
Base de cálculo da receita		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	646	74.198
Receita de remuneração dos ativos de contrato	209.975	207.933
	<u>210.621</u>	<u>282.131</u>
 PIS/COFINS sobre as receitas no exercício (9,25%) (i)	19.482	26.097
 Amortização de PIS/COFINS (ii) (a)	(52.843)	(6.506)
 Saldo no início do exercício (iii)	<u>172.171</u>	<u>152.580</u>
 Saldo no final do exercício (i + ii +iii)	<u>138.810</u>	<u>172.171</u>
 Circulante	6.262	7.432
Não circulante	132.548	164.739

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído durante a concessão conforme recebimento da RAP mensal. Para mais detalhes, vide nota explicativa 17 – Receita operacional líquida.

14 Provisão para riscos judiciais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. O total estimado de processos, em 31 de dezembro de 2024, cuja probabilidade foi classificada como possível é de R\$ 202 (R\$ 197 em 31 de dezembro de 2023), conforme segue:

	2024	2023
Trabalhista	74	77
Cível	<u>128</u>	<u>120</u>
 Total	<u>202</u>	<u>197</u>

14.1 Trabalhista

A Companhia figura como ré em 6 processo trabalhista em 31 de dezembro de 2024 (1 processo em 31 de dezembro de 2023), referente à responsabilidade subsidiária. O principal processo foi avaliado pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 74 (R\$ 77 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

14.2 Cível

A Companhia figura como ré em 2 processos cíveis em 31 de dezembro de 2024 (3 processos em 31 de dezembro de 2023), os quais, referem-se à danos materiais por constituição de servidão e servidão de passagem.

Em 31 de dezembro de 2024, dentre os processos com expectativa de perda possível, destaca-se como mais relevante o processo de danos materiais por constituição de servidão no montante de R\$ 78 (R\$ 74 em 31 de dezembro 2023).

15 Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	144.139	128.364
(-) Reserva de incentivo fiscal	(21.555)	(24.479)
(-) Reserva legal	(6.129)	(5.194)
Lucro líquido ajustado	116.455	98.691
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	1.165	987
Realização da reserva de lucros a realizar – Dividendos mínimos	3.062	3.153
Dividendos adicionais propostos	115.290	27.772
Total dividendos	119.517	31.912

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.656
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	20.291
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	987
Dividendos da reserva de lucros a realizar	3.153
Dividendos intermediários distribuídos	32.761
Pagamento de dividendos no exercício	(56.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.140
Dividendos adicionais distribuídos de 2023	27.772
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	1.165
Dividendos da reserva de lucros a realizar	3.062
Pagamento de dividendos no exercício	(31.912)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.227

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$ 171.171.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital está representado por 171.170.600 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 330.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

16.2 Reserva de lucros

	Nota	2024	2023
Reserva de incentivos fiscais	(a)	77.250	55.695
Reserva legal	(b)	29.334	23.205
Reserva de lucros a realizar	(c)	117.271	120.333
Reserva para investimentos e expansão	(d)	136.067	136.067
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	115.290	27.772
Total		475.212	363.072

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é de R\$ 77.250 (R\$ 55.695 em 31 de dezembro de 2023), a movimentação do exercício de R\$ 21.555 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM utilizado no exercício de 2024.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	144.139	128.364
(-) Reserva de incentivo fiscal	(21.555)	(24.479)
Lucro ajustado	122.584	103.885
(-) Reserva legal (5%)	(6.129)	5.194

c. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude da Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 117.271 (R\$ 120.333 em 31 de dezembro de 2023).

Movimentação da reserva de lucros a realizar

	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	120.333	123.486
Realização	(3.062)	(3.153)
Saldo final em 31 de dezembro	117.271	120.333

d. Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, itens III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua Controladora. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva de lucros é de R\$ 136.067 (R\$ R\$ 136.067 em 31 de dezembro de 2023).

e. Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 25 de março de 2025, conforme divulgado em nota explicativa nº 22 – Eventos subsequentes, foi aprovada a distribuição na integralidade da reserva no montante de R\$ 115.290 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 27.772 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

16.3 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2024	2023
	Ações ordinárias	Ações ordinárias
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	144.139	128.364
Denominador:		
Média ponderada por classe de ações	171.171	171.171
Lucro básico e diluído por ação	0,8421	0,7499

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis.

17 Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura (a)	646	74.198
Receita de operação e manutenção (b)	30.623	32.890
	31.269	107.088
Deduções		
PIS/COFINS corrente	(2.631)	(5.963)
PIS/COFINS diferidos (d)	(60)	(357)
ISS	-	(4)
Encargos do consumidor (f)	(2.642)	(2.558)
	(5.333)	(8.882)
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	25.936	98.206
Receita de remuneração de ativos de contrato		
Remuneração de ativos de contrato (c)	209.975	207.933
PIS/COFINS corrente	(17.667)	(11.577)
PIS/COFINS diferidos (d) (e)	33.421	(19.234)
Receita de remuneração dos ativos de contrato, líquidas	225.729	177.122
Receita operacional líquida	251.665	275.328

- (a) Receita decorrente da REA - Resolução Autorizativa 10.861, referente ao reforço e melhoria autorizados pela ANEEL. A redução da receita de implementação e melhoria de infraestrutura é principalmente reflexo da finalização da obra e do início da operação que foram energizados a partir de novembro de 2023;
- (b) A receita de Operação e Manutenção (O&M) é proveniente dos serviços prestados para a manutenção e operação do ativo de contrato da transmissora. A receita é reconhecida e mensurada com base nos custos incorridos do período e na margem de lucro esperada para a obrigação de desempenho conforme contrato;
- (c) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº. 8 - Ativos de contrato.
- (d) O total de PIS e COFINS diferidos sobre a receita, para fins de ICPC 01, é de R\$ 33.361 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 19.591 em 31 de dezembro de 2023);
- (e) O efeito líquido positivo de PIS e COFINS diferidos no montante de R\$ 33.421, considera (i) reconhecimento de despesa no valor de R\$ 8.327 e (ii) reavaliação da estimativa de amortização do PIS e COFINS diferidos realizada ao longo de 2024, que resultou no impacto positivo de R\$ 41.748 no resultado; e
- (f) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica;

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

17.1 Margens das obrigações de performance

Implementação e melhoria de infra estrutura	2024	2023
Receita (líquida de PIS e COFINS)	532	63.203
Custo	(432)	(49.625)
Margem (R\$)	100	13.578
Margem percebida (%) (*)	18,80%	21,48%
Margem orçada no início do contrato (%)	26,30%	26,30%
Operação e manutenção		
Receita (líquida de PIS e COFINS)	28.046	32.890
Custo	(19.912)	(21.649)
Margem (R\$)	8.134	11.241
Margem percebida (%) (**)	29,00%	34,18%
Margem orçada no início do contrato (%)	23,04%	23,04%

(*) A margem percebida da receita de implementação e melhoria considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento.

(**) A margem percebida da receita de operação e manutenção considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de operação apurado para o empreendimento, identificados ao longo da fase de operação.

18 Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	2024				
	Custo de construção (a)	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	-	(5.032)	(124)	(5.156)	(1.437)
Material	-	(143)	-	(143)	(2)
Serviços de terceiros	(432)	(14.719)	(213)	(15.364)	(546)
Arrendamento e aluguéis	-	(18)	-	(18)	(5)
Amortização do ativo intangível	-	-	(12)	(12)	-
Outros	-	-	(433)	(433)	(116)
Total	(432)	(19.912)	(782)	(21.126)	(2.106)

	2023				
	Custo de construção (a)	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	-	(3.089)	(22)	(3.111)	(1.140)
Material	(35.721)	(454)	(11)	(36.186)	(19)
Serviços de terceiros	(13.900)	(18.039)	(35)	(31.974)	(846)
Arrendamento e aluguéis	-	(67)	-	(67)	(7)
Amortização do ativo intangível	-	-	(12)	(12)	-
Outros	(4)	-	(19)	(23)	(306)
Total	(49.625)	(21.649)	(99)	(71.373)	(2.318)

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	11.249	10.738
Variação monetária da dívida (a)	549	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	(557)	(500)
Outras receitas financeiras	727	7
Total	11.968	10.245
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(39.444)	(40.316)
Variação monetária da dívida (a)	(12.521)	(10.764)
Juros, multas s/ operação de energia	(371)	(1)
Outras despesas financeiras	(2.835)	(2.856)
Total	(55.171)	(53.937)
Resultado financeiro	(43.203)	(43.692)

(a) O aumento na variação monetária da dívida, deu-se em função da variação do IPCA, que acumulado até dezembro de 2023 estava em 4,62% e acumulado até dezembro de 2024, fechou em 4,83%.

20 Instrumentos financeiros

20.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA.

20.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

20.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	68	68	30	30
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	1	Valor justo por meio do resultado	37.377	37.377	138	138
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	87.678	87.678	58.755	58.755
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	23.671	23.671	24.202	24.202
Total			148.794	148.794	83.125	83.125

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	5.697	5.697	5.703	5.703
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	399.224	402.051	425.758	428.790
Debêntures	2	Custo amortizado	247.875	230.002	237.749	320.359
Total			652.796	637.750	669.210	754.852

Caixa - Depósitos bancários – são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;

Aplicações financeiras (equivalentes de caixa) – são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo;

Aplicações financeiras - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo;

Contas a receber de clientes – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado;

Empréstimos, financiamentos - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo; e

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Debêntures - são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3 S.A. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

20.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial S.A. é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial S.A.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 37.445 (R\$ 168 em 31 de dezembro de 2023). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Contas a receber

O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios.

Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 10 e 11 (empréstimos e financiamentos e debêntures, respectivamente).

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

A seguir, estão os vencimentos de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis:

	2024						
	Valor contábil*	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	399.224	554.023	-	49.767	48.068	132.778	323.410
Títulos de dívida emitidos com garantia	247.875	523.748	-	19.869	22.897	87.103	393.879
Fornecedores	5.697	5.697	5.697	-	-	-	-
Total	652.796	1.083.468	5.697	69.636	70.965	219.881	717.289

Fonte: Focus

(*) Os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação.

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 10 e 11, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

		Impacto no resultado					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	125.055	144.326	149.144	153.961	139.508	134.691
Impacto no resultado				4.818	9.635	(4.818)	(9.635)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(657.492)	(699.834)	(710.420)	(721.005)	(689.248)	(678.663)
Impacto no resultado				(10.586)	(21.171)	10.586	21.171
Efeito líquido no resultado				(5.768)	(11.536)	5.768	11.536
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2024	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		15,41%	10,88%	19,26%	23,12%	11,56%	7,71%
IPCA (%12 meses)		6,44%	4,87%	8,05%	9,66%	4,83%	3,22%

Fonte: B3

d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 11 - Debêntures.

e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

f) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 905/2020, que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da empresa.

g) Riscos ambientais

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas de Transmissão e Redes de Distribuição de Energia. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

h) Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

21 Demonstração dos fluxos de caixa

21.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	1.165
Realização da reserva de lucros a realizar	3.062
Total	4.227

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

21.2Mudanças nos passivos atividades de financiamento

	2023	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2024
Empréstimos e financiamentos	425.758	(28.378)	(24.962)	26.806	399.224
Debêntures	237.749	(2.516)	(11.968)	24.610	247.875
Dividendos a pagar	4.140	(31.912)	-	31.999	4.227
Total	667.647	(62.806)	(36.930)	83.415	651.326

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de “Outros” incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas e dividendos a pagar.

22 Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 115.290, decorrentes do resultado do exercício.

Desembolso do subcrédito do financiamento junto ao Banco do Brasil

Em 28 de dezembro de 2018, foi celebrado na controlada SPE08 contrato de financiamento com o Banco do Brasil, mediante repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (“FDA”) nos termos aprovados pela SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

Em 20 de fevereiro de 2025, ocorreu o desembolso final do recurso referente ao crédito no valor de R\$ 12.721 que destina-se à realização de investimentos em projeto da linha de transmissão, com custo de IPCA + 1,6% a.a., e vencimento final em 30 de outubro de 2038.

Notas Explicativas

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

José Silva Sobral Neto

João Alberto da Silva Neto

Comitê de Auditoria Estatutário

João Alberto da Silva Neto

Tiago de Almeida Noel

Jorge Roberto Manoel

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA 011842-O-3 S-DF

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.
Brasília - Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração de ativos contratuais de transmissão

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 1.500.648 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente, de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas

adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vi) revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de Empresas; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (x) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International

Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude

ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 26 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE-020728/O

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, apreciaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do parecer dos auditores independentes, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos e a proposta de destinação de resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê ao longo do exercício social, os membros do Comitê manifestam que não encontram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia, com a posterior recomendação de aprovação aos acionistas em Assembleia Geral.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A, nos termos do inciso VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Contábeis, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Srs. Joseph Zwecker Junior, Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro / Relação com os Investidores; Cristiano Lima Logrado, Diretor, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório emitido em 26 de março de 2025 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.